

Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.490.024 - SP
(2019/0111318-7)**

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE
EMBARGANTE : INEPAR S.A. INDUSTRIA E CONSTRUÇÕES - EM
RECUPERAÇÃO JUDICIAL
EMBARGANTE : INEPAR EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S/A - EM
RECUPERAÇÃO JUDICIAL
EMBARGANTE : INEPAR ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A
EMBARGANTE : IESA PROJETOS EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S/A
EMBARGANTE : IESA OLEO&GAS S/A
EMBARGANTE : ATOM EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A
EMBARGANTE : IESA TECNOLOGIA E TRANSPORTES S/A - EM
RECUPERAÇÃO JUDICIAL
EMBARGANTE : SADEFEM EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S/A
EMBARGANTE : TT BRASIL ESTRUTURAS METÁLICAS S.A
ADVOGADOS : JOEL LUIS THOMAZ BASTOS - SP122443
IVO WAISBERG - SP146176
LUCAS RODRIGUES DO CARMO - SP299667
RÔMULO OLIVEIRA DA SILVA - SP418165
EMBARGADO : HAITONG BANCO DE INVESTIMENTO DO BRASIL S.A.
ADVOGADO : JOSÉ AUGUSTO DE ARAÚJO LEAL - RJ073710
ADVOGADOS : DANÚBIA SOUTO DE FARIA COSTA - DF029843
CARLOS VICTOR PAIXÃO XIMENES - RJ165369
OLYMPIO JOSÉ MATOS LEITE DE CARVALHO E SILVA -
SP298656
LUIZA KLEIN TROMPOWSKY HECK E OUTRO(S) - SP384903
INTERES. : DELOITTE TOUCHE TOHMATSU CONSULTORES LTDA
ADVOGADO : LEONARDO LINS MORATO E OUTRO(S) - SP163840

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO DO RECURSO. IMPOSSIBILIDADE. OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015 NÃO SUSCITADA. INVIABILIDADE DE PREQUESTIONAMENTO FICTO. EMBARGOS REJEITADOS.

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por Inepar S.A. Indústria e Construções - em recuperação judicial - e outras à decisão monocrática proferida por este signatário, a qual conheceu do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento, conforme se vê da seguinte ementa (e-STJ, fls. 779-784):

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. 1. EXECUÇÃO DE CRÉDITO EXTRAJUDICIAL. CONTROLE REALIZADO PELO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO. AFASTADA A ESSENCIALIDADE DO BEM. ACÓRDÃO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. 2. INEXISTÊNCIA DE GARANTIA FIDUCIÁRIA E ALIENAÇÃO DAS AÇÕES. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 282 E 356 DO STF. 3. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

As embargantes alegam ter havido omissão no julgado, pois, ao opor embargos de declaração ao acórdão do agravo instrumento proferido pelo Tribunal de origem, prequestionou as questões referentes à ausência de garantia fiduciária e à alienação das ações (e-STJ, fls. 786-791).

Impugnação às fls. 796-803 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

Com efeito, deve-se ressaltar que apenas são cabíveis os aclaratórios quando existir no julgado omissão, contradição ou obscuridade, nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, situação que, de fato, não se observa na espécie.

Nesse sentido:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA SUSCITADO POR EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL EM FACE DE JUÍZO DO TRABALHO - AUSÊNCIA DE OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO - REDISCUSSÃO DO JULGADO - EXECUÇÃO TRABALHISTA - DECLARAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL - PRECEDENTES DO STJ.

1. Os embargos de declaração, a teor das disposições do art. 1.022, do CPC/15 (art. 535, CPC/73), são inviáveis quando inexistente obscuridade, contradição ou omissão na decisão embargada.

2. Ausência de omissão, contradição, obscuridade ou erro material do acórdão embargado. Recurso dotado de caráter manifestamente infringente. Inexistência de demonstração dos vícios apontados, objetivando à rediscussão da matéria, já repetidamente decidida.

[...] 4. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl nos EDcl no AgRg no CC 122675/RJ, Rel. Min. Marco Buzzi, Segunda Seção, julgado em 14/06/2017, DJe 22/06/2017)

Oportuno assinalar, na espécie, que o prequestionamento ficto, previsto no

Superior Tribunal de Justiça

art. 1.025 do CPC/2015, só é admissível quando, após a oposição de embargos de declaração na origem, o recorrente suscite a violação ao art. 1.022 do mesmo diploma, pois somente dessa forma é que o órgão julgador poderá verificar a existência do vício e proceder à supressão de grau.

A propósito:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. INVENTÁRIO. - LIQUIDAÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE LIMITADA. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS PROPORCIONAIS ÀS COTAS INVENTARIADAS - HERDEIROS SÓCIOS EM CONDOMÍNIO - CABIMENTO - PRESCRIÇÃO DO DIREITO - NÃO OCORRÊNCIA.

01. Inviável o recurso especial na parte em que a insurgência recursal não estiver calcada em violação a dispositivo de lei, ou em dissídio jurisprudencial.

02. Avaliar o alcance da quitação dada pelos recorridos e o que se apurou a título de patrimônio líquido da empresa, são matérias insuscetíveis de apreciação na via estreita do recurso especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ.

03. Inviável a análise de violação de dispositivos de lei não prequestionados na origem, apesar da interposição de embargos de declaração.

04. A admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei.

05. O pedido de abertura de inventário interrompe o curso do prazo prescricional para todas as pendengas entre meeiro, herdeiros e/ou legatários que exijam a definição de titularidade sobre parte do patrimônio inventariado.

06. Recurso especial não provido. (REsp 1639314/MG, Relatora Ministra Nancy Andrigli, Terceira Turma, julgado em 04/04/2017, DJe 10/04/2017 - sem grifo no original)

Desse modo, o que se constata, na verdade, é apenas a pretensão de rejugamento da causa em razão do inconformismo da parte com o resultado, tornando inviável o acolhimento dos presentes embargos.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

